

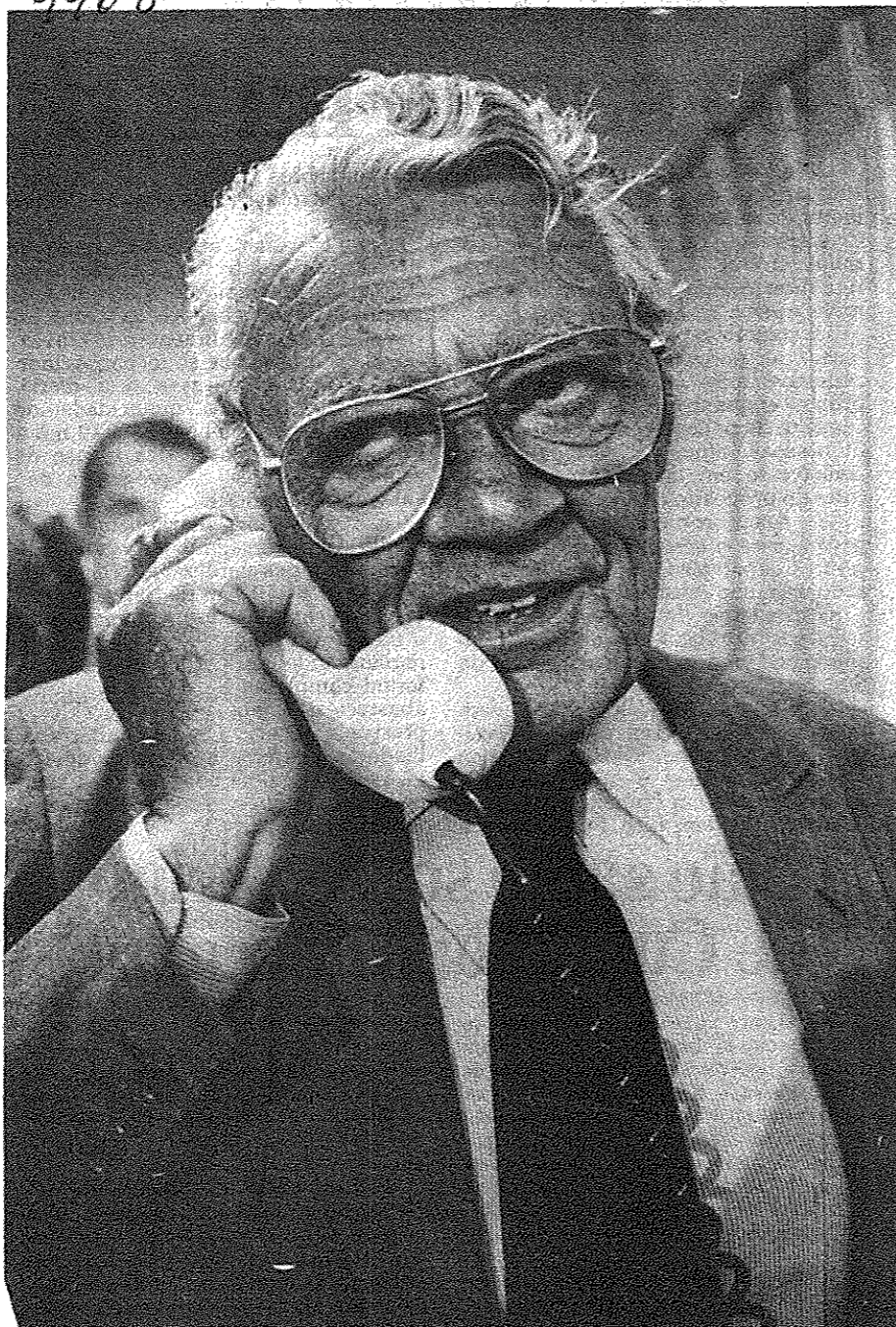
CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal de Brasília Class.: XVRC01832

Data: 29.02.84 Pg.: _____

Andreazza promete governar com o povo



Mino Pedrosa

Andreazza diz que o país deve se unir para enfrentar as dificuldades

Acho muito natural que misturem minha função de ministro — engajado num governo que enfrenta tempos difíceis — com minha condição de presidenciável. Mas isso não deve servir de retaliação à minha candidatura, mesmo porque estou disposto a mostrar que, uma coisa é criticar, outra, é assumir o risco das decisões completas. Caso seja eleito presidente, vou chamar todos os partidos políticos e segmentos sociais a ter responsabilidade na tomada das grandes decisões do País.

A colocação foi feita ontem pelo ministro do Interior Mário Andreazza, que fez também uma distinção entre as críticas construtivas, "que se pautam pela divergência dos métodos e pela boa vontade dos formuladores", e as fáceis, que segundo ele são baseadas apenas no hábito de contestar e criar polêmicas estereis.

O ministro reafirmou que o País, mais do que nunca, precisa estar unido para enfrentar o desafio econômico dos próximos tempos, atitude que requer, conforme frisou, "espíritos desarmados e comunitários, que deixem em segundo plano as pequenas divergências e os individualismos".

Sobre a acusação recente que lhe fez o deputado Juruna, de que seria assassino de índios, entre outras coisas, o ministro preferiu não comentar. Mas o coordenador de seu comitê eleitoral, Paulo Pimentel, refutou as acusações e afirmou que Andreazza sempre se colocou ao lado da causa indígena e jamais permitiu que algum projeto de seu ministério (na época, dos Transportes) prejudicasse as aldeias dos índios. "Ademais, Juruna usou termos muito fortes, indignos de um representante do povo no Parlamento, e forjou acusações que não pode provar, que ninguém jamais provou. Chegou a falar em assassinato, que significa um ato deliberado de uma pessoa, feito com as próprias mãos, para aniquilar terceiros", concluiu Pimentel.

Solidariedade

O ministro do Interior manifestou ontem sua integral solidariedade ao presidente João Figueiredo em virtude das ofensas que sofreu por parte do deputado João Cunha. Essa atitude foi tomada ao ter conhecimento da nota dos ministros militares de apoio ao presidente e repúdio às ofensas que eles dizem estar sofrendo.

— Estou plenamente solidário com o presidente, e a nota dos ministros militares é oportuna. Figueiredo deve ser preservado em sua autoridade e respeitado como comandante supremo deste país, inclusive das Forças Armadas. Estou com ele de corpo e alma. Acho natural que ele receba todo o apoio quando é tratado de forma grosseira. Essa solidariedade com certeza não é só dos ministros militares, nós todos, os civis estamos com o presidente, que já está recebendo apoio, também de alguns parlamentares da Oposição, ressaltou o ministro.

Diretas

Andreazza disse que não vê qualquer perspectiva de aprovação da emenda Dante de Oliveira, que propõe eleições diretas para presidente em 1985, nem com apoio do grupo dissidente do PDS, o Pró-diretas, por acreditar que aquele partido "sabe que pode fazer o sucessor de Figueiredo no Colégio Eleitoral, e quanto isso é importante para todos e não vai orientar ninguém para votar contra porque confia no bom senso de todos.

Assédio

A partir de hoje, os convencionais do PDS de Minas Gerais passarão a sofrer um intenso assédio por prte dos coordenadores da campanha do ministro do Interior, Mário Andreazza, em face da pouca penetração de sua candidatura naquele Estado, dominado pelo nome do vice-presidente da República, Aureliano Chaves.

A decisão foi tomada ontem, durante reunião do estado-maior da candidatura do ministro. Realizado em sua residência oficial, o encontro, que durou cerca de quatro horas, contou com a participação do coordenador nacional de sua campanha, ex-governador Paulo Pimentel, do ex-governador da Bahia, Antonio Carlos Magalhães, dos senadores José Lins (PDS/CE), Marcondes Gadelha (PDS/PB) e Carlos Chiarelli (PDS/RS).

Como resultado prático, em termos nacionais, ficou acertado que a campanha será maleável, devendo ficar definitivamente fixada, nos próximos dias, uma estratégia própria para cada Estado, uma vez que, segundo o ex-governador Paulo Pimentel, "não é possível fixar-se uma linha única de conduta".